


Pauta: Semana Lixo Zero

 **PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP):** (10h11min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM. Olá, pessoal, muito bom dia. Vamos dar início, então, à nossa reunião. Estamos ao vivo na TVCâmara e nós vamos, de imediato, compor a Mesa. Estamos aqui com a Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Aldacir Oliboni. Os demais vereadores da comissão já estão chegando. Hoje, a pauta é Semana Lixo Zero, da Ver.^a Cláudia Araújo, proponente desta reunião. Convido para compor a Mesa o Sr. Luis Felipe, representante do gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, por gentileza. Está conosco o Sr. Pablo Mendes, que faz parte da secretaria também, mas o Luis Felipe vai representar a Secretaria de Meio Ambiente. Sr. Marco Salinas, da DMLU, por gentileza; Sr. Luiz Carlos Pinto, do gabinete de inovação, por gentileza; Dr. Eduardo, da Procuradoria do Município, por gentileza; Sra. Mariela Secchi, diretora de educação ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, por gentileza; Dra. Mariana, da Ordem dos Advogados Brasil, por gentileza; Sra. Paula Moletta, representante da Green Thinking, por gentileza. Tu sabes que a questão do meio ambiente, do lixo – a maioria aqui vive isso diariamente –, é apaixonante, até porque a minha formação é em gestão ambiental, e a gente sabe o quanto que temos de lutar para que... Eu digo sempre, Ver.^a Cláudia, principalmente a conscientização das pessoas, eu acho que os governos têm que trabalhar nisso, inclusive nas redes sociais, Ver. Oliboni. Outra coisa, Salinas, eu sempre falo que os governos têm de trabalhar no sentido de todo resíduo ser aproveitado 100%, de trabalhar nessa linha, porque já existe país que aproveita 100%. A gente sabe o tamanho do gasto do recolhimento e aquela questão toda. Inclusive, já vieram outros países aqui oferecer essa tecnologia de aproveitar 100% o lixo: esse lixo que não é lixo; o lixo que é dinheiro. De imediato, então, eu passo para a colega Cláudia Araújo. Por gentileza.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e todos. Quero agradecer aos nossos amigos que estão compondo a Mesa e a todos que estão conosco nesta pauta que é tão importante. A solicitação da pauta, na verdade, é porque nós não podemos deixar esse assunto morrer. A gente não pode falar nele somente na Semana Lixo Zero, que inclusive é uma lei de minha autoria, que inclui, no calendário de Porto Alegre, a Semana Lixo Zero como sendo a última semana do mês de outubro; e tantos outros projetos que nós temos na Câmara de Vereadores. Agora aprovamos a questão das composteiras nos parques e nas praças; fizemos um projeto também para redução das sacolas plásticas que é extremamente polêmico e que vai trazer muita discussão, mas a gente pretende poder, com o tempo, adequá-lo da melhor forma para que a gente possa executar, porque é importante essa redução. É importante que a gente transforme as nossas sacolas, hoje, em biodegradáveis, que leva menos tempo para se decompor e que a gente possa melhorar essas questões. Então o tema de hoje é importante porque a gente precisa falar sobre isso, porque nós estamos falando do nosso planeta, estamos falando do lugar onde a gente vive e a gente pretende viver ainda por muito tempo e pretende que os nossos filhos e os nossos netos possam estar bem neste planeta. Se nós não fizermos nada, nós não vamos conseguir evoluir, e eu não sei, daqui a 20, 30 ou 40 anos o que vai ser de nós. A Prefeitura tem um olhar muito forte com relação a esse tema, inclusive foi convidada a Lia, mas eu acho que ela tinha um compromisso e não pôde estar conosco, também, que é uma pessoa extremamente engajada nessa causa, que conhece muito e que está fazendo o Programa da Logística Sustentável dentro do Município para os servidores. É muito importante a gente trabalhar esse tema, porque tem que começar por casa, a gente tem que começar onde a gente vive, onde a gente trabalha, onde a gente separa o lixo dentro da nossa casa para que a gente possa fazer, e a gente precisa do poder público para nos orientar e nos ajudar com a coleta seletiva. Isso é muito importante, e nós ainda estamos engatinhando, nós precisamos trabalhar muito essa questão da coleta seletiva para que realmente a gente possa separar, não só o resíduo orgânico do resíduo sólido, e sim o sólido por vidro, por plástico, por

isopor, e como é que a gente faz essa logística. Então a gente tem que trabalhar todos os dias esse tema para que a gente possa fazer essa seleção, e que realmente esse material possa ir para o local adequado, porque aí sim a gente está falando de sustentabilidade.

Esta é uma fala inicial, é muito importante a gente poder discutir esse assunto e poder levar para mais pessoas e, principalmente, as nossas crianças. Teve uma época, antes da pandemia, que eu fazia palestra nas escolas para falar das tampinhas plásticas, que é uma coisa extremamente simples, que é separar por cor as tampinhas, e as crianças se engajavam, e o que a gente transformava a tampinha, a gente transformava em solidariedade, porque a gente vendia e comprava leite para as crianças, e eles se engajavam demais nisso. Então o que a gente está falando com isso é que a base são as nossas crianças, se a gente conseguir fazer com que as nossas crianças abracem essa causa, elas serão adultos conscientes, serão pessoas que vão fazer a diferença no nosso planeta. É isso que a gente precisa fazer, iniciar pelo mais simples possível para que a gente possa depois chegar a grandes causas. Nós temos muitos projetos, não é Luiz Carlos, aí que estão em andamento, muitas coisas que a gente pode fazer enquanto Município, enquanto gabinetes, não só o da Ver.^a Cláudia, mas outros gabinetes. Nós temos três projetos de lei na Câmara que, infelizmente, seguem arquivados, porque eu não sou líder do governo, não consegui ainda desarquivar, mas que é muito importante a gente desarquivar, que é da logística reversa, que é dos eletroeletrônicos, pilhas baterias, lâmpadas e dos medicamentos. Nós precisamos trabalhar isso. Eu tenho a Frente Parlamentar da Logística Reversa que fala sobre esse tema e que precisa seguir falando sobre esse tema, para que a gente possa avançar enquanto seres humanos. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Ver.^a Cláudia. A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Bom dia a todos, saudar aqui nosso Presidente, dessa Comissão, Ver. José Freitas, nossa vereadora proponente, Cláudia Araújo, te parabenizar por esta pauta, saudar os demais vereadores, aqui da mesa, saudar também o Secretário Luiz Carlos, Secretário da Prefeitura de Porto Alegre, da pasta de Inovação, tenho muito carinho pelo senhor, inclusive recentemente, esteve fazendo uma palestra sobre inteligência artificial para nossa equipe aqui na Câmara de Vereadores, foi muito bom, o pessoal lembra até hoje dessa palestra. Em nome da Mesa, então, saudar Luiz Carlos e a Mariana Diefenthäler, que é da OAB, sempre parceira em muitas pautas aqui na nossa Comissão.

Vereadora Cláudia, quero te dizer da importância desse tema, sobre a questão do lixo zero, a importância que nós temos que trabalhar a conscientização e a educação das pessoas. Compartilhar que recentemente eu fiz uma ação de plantio, num bairro aqui de Porto Alegre, na zona norte, em parceria com a Prefeitura e com serviços urbanos. Era uma esquina que tinha muito lixo, então o que a gente fez, a Prefeitura recolheu todo aquele lixo e limpou todo aquele lixo, e nós fizemos uma ação de plantio, plantamos árvores, flores, plantas, enfim, decoramos, enfeitamos, e o resultado, um mês depois, voltou o lixo. Então é difícil; é difícil trabalhar a consciência das pessoas de uma comunidade. A gente faz a nossa parte, mas é bem complicado.

Quero só também compartilhar que teve um conflito de agenda, eu vou ter que me retirar logo mais, porque eu tenho uma agenda, uma pauta do governo, que é a questão dos psicólogos na escola. Então logo mais vou ter que me retirar, mas quero desejar uma boa reunião a todos. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. José Freitas, colegas vereadoras Tanise, Cláudia e Ver.^a Lourdes, e nossos convidados dessa manhã. É um tema realmente não só importante, mas que tem uma enorme relação com a saúde do cidadão, da cidade, do visual da cidade. A

gente tem visto aí reclamação constante, não só dos contêineres distribuídos na cidade que, às vezes, há uma certa contradição e muitos, inclusive, catadores acabam não colaborando com a própria coleta, imagina o cidadão que não tem a cultura de poder separar o lixo, enfim, criar um mecanismo de facilitação para a distribuição desse lixo, seja ele reciclável ou não. Eu queria fazer algumas perguntas para o governo e depois, se possível, responder. Parabenizo a Ver.^a Cláudia pelo tema, a Cláudia tem uma frente, tem um trabalho muito próximo com as cooperativas, eu tenho relação com algumas, eu tenho acompanhado. Queria perguntar ao Salinas, que é o mais ligado ao DMLU, quantas unidades de reciclagem nós temos? Como é distribuído esse material para elas para poder se manterem, eu sei que com a disputa do lixo que não deixa de ser um valor muito importante agregado, muitas vezes essas unidades de reciclagem não recebem um lixo suficiente para poder atender a própria demanda que eles acabam absorvendo. Dependendo do que chega na cooperativa ou na unidade de reciclagem, além de fazer tudo que tem disponível, pode variar de um salário mínimo a dois salários mínimos, mas tem muita queixa de que, o fato de não chegar o material, tem meses que, em vez de dois salários mínimos, acabam ganhando um ou até menos. Como é distribuída essa coleta para as unidades de triagem, isso é muito importante, vamos dizer assim, não é que se queira dizer que estão privilegiando, não, não tenho essa informação, só tenho informação que às vezes não chega a tempo, não chega o suficiente, porque, pelo número de cooperados – é uma cooperativa e, portanto, são associados –, eles recebem pelo valor do faturamento que é compartilhado. Então, quantas unidades têm; tem expectativa de quantos trabalhadores trabalham nessas unidades; o percentual de coleta na cidade, nós temos cobertura e tem coleta em toda cidade; quais os dias que passam; é cem por cento de cobertura na cidade; qual é a política que o governo tem em relação a isso, se não tem cobertura total hoje, tem perspectiva, tem metas a serem alcançadas, cobertura cem por cento? Nós discutimos aqui muito saúde e, às vezes, é falado que se tem cobertura de 80% da Atenção Básica, mas aqueles 20% onde é que estão sendo atendidos. Se não tem cobertura em toda cidade, quando passará o lixo

em determinadas regiões? Eu falo isso porque tinha um caso muito pontual na igreja do Morro da Cruz, no alto do Morro da Cruz, a comunidade acabou tendo um espaço e criaram uma forma de descartar o lixo ali. Foi reunido com o DMLU e foi criada uma rotina de educação, um local para as pessoas descartarem, não ficar mais o lixo ali porque até cachorro morto, enfim, soltavam ali. Então, realmente, uma situação difícil de ter uma conscientização da sociedade. Sobre a questão do bota-fora, porque no nosso governo nós tínhamos uma política do bota-fora muito mais, desculpa dizer, divulgada, me parece que não é bem divulgado o bota-fora e nessas fortes chuvas a gente vê que, pelo Riacho Ipiranga e outros, meu Deus, é sofá, tudo que é possível os caras acabam largando no rio ou nos córregos e isso acaba criando um problema para cidade. Não é por acaso que, quando foi feita a dragagem do Arroio Dilúvio, foram encontrados muitos pneus, recentemente. Isso mostra claramente que as pessoas não têm essa cultura de separar, mas se o bota-fora tivesse um calendário de divulgação, me parece que hoje o cidadão ou o condomínio liga para o DMLU, é marcado e é cobrado um valor, mas tem cidadão que não tem condições de pagar. Então é nesse sentido que eu queria parabenizar pela pauta e fazer essas perguntas que eu acho que é importante. Nós tamos aqui pela COSMAM em reunião ao vivo e acho que é importante aos cidadãos que estão acompanhando saber como funciona. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Registro a presença da Ver.^a Mônica Leal. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com apalavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Quero saudar a todos os nominados, os colegas vereadores, presidente desta comissão. Realmente, o lixo zero parece um sonho, o reaproveitamento total, mas, enquanto nós não mudarmos a educação das pessoas, esta responsabilização, nós vamos continuar. Aproveitando o que o Ver. Oliboni falou, eu tenho um grande problema que são os atravessadores, você separa o lixo, deixa a população descontente porque vem o atravessador e leva o lixo antes do caminhão da Prefeitura. Então,

às vezes, essa redução de encaminhamento do lixo não chega até as unidades de triagem justamente por causa disso. A gente registra, a gente tem ações da EPTC, tem ações do DMLU, mas ainda não contempla tudo que acontece na cidade desses carros caindo aos pedaços, que não devem ter nem documentação aquelas vans, Kombi, caminhões. Isso também coloca em risco os outros motoristas, as outras pessoas, porque às vezes problema de freio... Isso incomoda bastante. Essa é uma pauta que tem que ser sempre citada em se tratando de meio ambiente, começando pela saúde pública, começando por tudo que acontece nos riachos, nos rios aqui na própria capital. E também lembrar que eu acho que cada um de nós tem que fazer a sua parte. Nós tivemos, talvez passe despercebido... O prefeito que faz a maior campanha de redes sociais nos ambientes mais longínquos, lá na periferia do cuidado com o lixo, é o nosso prefeito. Mas que a gente siga, não espere só pelo prefeito, que todas as secretarias, nós que temos redes sociais também façamos isso de orientar sobre o reaproveitamento. Eu faço a minha parte, mas, infelizmente, o atravessador leva e joga lá adiante o que não quer, que não precisa ser usado e cria mais um problema lá para os vizinhos da outra rua. Então é isso, vamos ver o debate.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Ver.^a Mônica.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, Presidente, colegas, demais convidados já citados. A pauta é muito importante, e eu quero contar aqui que sou uma caminhante pelas ruas da cidade. Eu faço isso constantemente, porque, além de fazer bem para a saúde, eu gosto de saber o que está acontecendo nos bairros, nas ruas, então, estaciono meu carro e tenho o hábito de caminhar. E uma das coisas que me preocupa e eu tenho visto constantemente é a dificuldade que as pessoas têm de saber o lixo correto para descartar nos contêineres. Esse é um grande problema. Essa Semana do Lixo Zero na capital e a adoção e implementação da Agenda 2030 eu vi que têm como foco ações educativas, e urge isso. Nós precisamos trabalhar em cima de ações educativas,

prevenção, a promoção de ações sustentáveis na cidade, porque, quando eu caminho e observo os contêineres, eu vejo que aquele contêiner que é para lixo orgânico, ele tem de tudo, tem até aparelhos eletrônicos. Não é possível que o cidadão porto-alegrense exija tudo do governo, do poder e não dê a sua parte também. O que descartar nos contêineres? Um descarte correto. Essa é uma pauta muito importante. Claro, eu vou puxar a brasa para o meu lado, como jornalista e comunicadora, eu penso que urge uma campanha de conscientização, que nós façamos isso no governo, na parte pública, também no Legislativo para chamar atenção. E cito como exemplo que nós tivemos a diminuição da Aids justamente porque se trabalhou muito em campanhas publicitárias de conscientização. Eu acho que está na hora de focar nessa pauta. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, vereadora. Diante do que o que a Ver.^a Lourdes falou, eu acho que a EPTC tinha que estar nessa Mesa também. Em relação à fiscalização dos atravessadores, tem uma questão que me incomoda também, eu já falei várias vezes, nos condomínios, os síndicos muitas vezes entregam para os atravessadores. Os atravessadores entram nos condomínios, e vai saber onde eles descartam aquilo. E também a questão: será que o material tem chegado lá nos galpões de reciclagem? A gente recebe muitas denúncias, recebi uma denúncia esses dias que um caminhão, de madrugada, estava lá no Extremo-Sul recolhendo, e esse material não chegou nos galpões. Então é desvio de material lá no Extremo-Sul. Eu acho que a Prefeitura já colocou GPS nos caminhões, e eu tenho um projeto tramitando para colocar nos caminhões terceirizados também, GPS nos caminhões terceirizados, para que, enfim, tenha um pouquinho mais de fiscalização na questão de ver se realmente estão descartando no local correto. Então, temos que fazer várias ações. Eu vou passar para a Dra. Mariana da OAB, porque ela vai ter que sair antes.

SRA. MARIANA DIEFENTHÄLER: Muito obrigada pela deferência, estamos aqui hoje agradecendo ao presidente da OAB por nos indicar sempre nessas pautas de saúde e meio ambiente e diante de direitos humanos constitucionais individuais e sociais. Nós temos o direito individual à vida e à liberdade, nós temos o direito social à segurança, à educação, à cultura, à saúde e como a gente está falando hoje de lixo, de resíduos sólidos, nos resta trazer um pouco sobre a criminologia, porque existe a diferença entre poluição e crime ambiental. Nós temos alguns índices que são permitidos que a gente possa ter, digamos, de lixo, mas a partir de determinado ponto isso passa a ser um crime. Então a criminologia ambiental se coloca como um crime transnacional, inclusive ele independe de fronteiras, de soberania, de território, ele é um crime do mundo moderno, onde nós convivemos, nos reunimos e nós não temos essa infraestrutura, muitas vezes, e informação suficiente para que a gente viva em segurança. O que também me cumpre compartilhar com os colegas é essa preocupação de que nós temos hoje implementada, na educação, a nova base nacional comum curricular que colocou ali seis eixos norteadores da educação, que estão ali, meio ambiente, saúde, cidadania e civismo, economia, multiculturalismo e inovação e tecnologia. E me pergunto, quando eu vejo aquele eixo temático meio ambiente ou saúde, quais são os componentes curriculares que estão sendo trazidos na educação infantil? Porque a nova BNCC se aplica à educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, porque é uma questão cultural, como há pouco os nossos vereadores estavam dando luz a essa questão. Então além de ser uma situação executiva, legislativa e judiciária é uma questão de sociedade. Então se a gente tem uma legislação que entrou em vigor em 2017, que está em implementação porque teve essa questão de crise sanitária, a gente tenta identificar onde está essa educação ambiental – porque se a gente fala a palavra meio ambiente, a gente denota então que existe um início ambiente, um meio ambiente e um fim ambiente –, existe um passado de uma cultura nossa, existe um presente e existe um futuro. Então esse enfoque retro prospectivo é importante que a gente converse aqui hoje e, principalmente, acho que pode ser algo mais propositivo do nosso encontro, sempre como um

legado desses encontros, para que a gente possa investigar quais são os componentes curriculares que estão, no nosso Município, adotando nas escolas tanto públicas e privadas para implementar essa Base Nacional Comum Curricular, que foi sancionada, e como estão transmitindo então esses saberes dentro dessas escolas. Porque ali a gente está plantando o futuro dessa cultura e dessas práticas para que a gente não entre de uma poluição para um crime ambiental. Seriam essas as considerações, eu agradeço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. Eu passo a palavra para a Paula Moletta, DA Green Thinking.

SRA. PAULA MOLETTA: Pensando verde, Presidente. Bom dia a todos, saúdo essa Mesa, então obrigada, vereadora, pelo convite, sempre é muito bom voltar a esta Casa e, como voluntária do Movimento Lixo Zero, a gente vem, desde 2017, mobilizando essa pauta aqui em Porto Alegre, trazendo a semana Lixo Zero hoje como agenda do Calendário Oficial da Prefeitura. Estamos hoje desenvolvendo, dentro do Tecnopuc, um laboratório, segundo o nosso professor Luiz Carlos, de inteligência, de economia circular, de resíduo zero, lá no Tecnopuc, no qual a gente está acoplado, desmistificando essa questão do lixo zero, do resíduo zero. Até fico bem preocupada porque a questão de resíduos sólidos deveria já ser de conhecimento dessa Mesa, como funciona essa gestão de resíduos aqui em Porto Alegre. Eu, como engenheira sanitária, digo que o resíduo sólido é como uma cachaça, então, a partir do momento que tu começa a te despertar, tu não consegues mais pegar um resíduo e não pensar no resíduo, é inevitável. A sustentabilidade é uma jornada, a questão de resíduos sólidos é uma pauta da sustentabilidade e, respondendo ao vereador, são 19 unidades de triagem hoje conveniadas ao DMLU, do qual elas recebem a coleta seletiva que, infelizmente, chega muito misturada nas unidades de triagem, muito, muito misturada. Temos diversos problemas, afinal somos uma capital de 1.4 milhões de pessoas, então é impossível humanamente e administrativamente impossível um órgão como o DMLU sozinho fazer toda a

limpeza da cidade. Então coloco aqui o meu desafio aqui para esta Casa também se mobilizar a promover a semana Lixo Zero aqui dentro. Essa é uma pauta que, desde 2021, a gente tem trazido, e pasmem, a gente é lixo zero o ano todo. A semana terminou domingo, mas a gente está aqui, eu e meu colega Lucas, porque amanhã a gente vai receber mais crianças na escola, porque a gente entende que, como uma empresa de educação para sustentabilidade, a gente precisa de todos os públicos. Então, se terceira idade nos chamar, se Câmara nos chamar, a gente está aqui para trazer a palavra. Como eu sempre falo, até para o pessoal que está nos acompanhando ao vivo, como ser sustentável nessa pauta, fazer parte da solução e não do problema do resíduo sólido. Todo ser humano gera resíduos, estamos num mundo capitalista, vivendo no mundo dos centros urbanos. Infelizmente, a gente não pode mais colher e compostar na nossa horta da casa, privilégio de quem consegue. Hoje as unidades de triagem, elas recebem a coleta seletiva, que passa em 100% dos nossos bairros de Porto Alegre e leva diretamente para essas unidades de triagem, onde cerca de 600 famílias vivem desse resíduo da coleta seletiva. A dica é simples: em casa, separar os recicláveis limpos e organizados, deixar o vidro do ladinho, só com vidro, porque ele quebra, machuca, compostar os seus orgânicos, e o rejeito só no contêiner. Compostagem, bom, daí é outra pauta, outra palestra aqui, porque compostagem é a reciclagem dos nossos alimentos orgânicos. Hoje, em Porto Alegre, com os contêineres, eu trago a fala do nosso colega Alex, catador, que, no momento em que a gente aplicou contêineres na cidade, hoje a gente tem em torno de 500 minilixões. As pessoas não sabem usar, a gente não tem controle do que elas colocam lá dentro. Não vai adiantar a gente colocar dois, três contêineres, para separar. Eles não vão, se a gente não tiver uma educação ambiental forte na cidade, e não é só nas costas do DMLU a limpeza da cidade. Não vai adiantar, por quê? A Europa está desativando seus contêineres e dando um passo atrás, porque sustentabilidade também é isso. A gente está caminhando para um abismo climático, e os resíduos sólidos estão intimamente ligados a essa ebulição climática que a gente está vivendo, porque a gente está numa sociedade de economia linear, na qual a gente extrai, consome,

manufatura e descarta. A partir do momento que tu mudas essa palavra de “descarte” para “encaminhar, destinar”, tu já vais estar dando uma outra semântica para a palavra. O lixo zero, o resíduo zero, inclusive, nós temos um aniversário no ano, que é dia 30 de março, que a ONU instituiu como o Zero Waste Day, que é o Dia Internacional do Lixo Zero, resíduo zero. Ela está entendendo que esse movimento dos resíduos é uma pauta de extrema importância. O nosso planeta, a nossa Porto Alegre está gritando por regeneração, por sustentabilidade. Eu não consigo avançar nas pautas, eu, com toda a base teórica que tenho, não consigo avançar nas pautas para um planeta regenerativo, um planeta sustentável, porque eu tenho que voltar a explicar para as pessoas como se separa resíduo. A indústria tem o seu papel, nós, consumidores, temos o nosso papel. Eu, como uma cidadã ativa numa empresa de educação para sustentabilidade, sei do meu local de privilégio. Então, estou aqui falando de novo: separe os seus resíduos. Lá na nossa Carta Magna, em 2010, a Política Nacional De Resíduos Sólidos traz a responsabilidade compartilhada, então, todos temos que fazer parte da solução, senão a gente vai ser problema. Muito obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado. O Sr. Marco Salinas está com a palavra.

SR. MARCO SALINAS: Bom dia a todos, saudando o presidente da Mesa, saúdo todos os presentes, e acho que eu vou começar pelos seus questionamentos, vereador, se me permite. Só lembrando a Paula que hoje são 18 unidades de triagem contratualizadas com o DMLU, e recebem um repasse do DMLU. Nós temos algumas outras que ainda estão em processo de formalização, mas que também recebem resíduos, assim como estamos num trabalho nas ilhas, junto com a Dra. Annelise Steigleder, e junto à Defensoria Pública e Ministério Público, tentando organizar aquele sistema das ilhas em núcleos familiares, que é no que a gente tem trabalhado no momento. Até passamos por essas questões climáticas, agora eles tão trabalhando fora das

ilhas, estão juntos numa outra unidade de triagem, que é contratualizada com DMLU, que é a Santíssima, no período em que as ilhas estão cheias e não têm mobilidade, para eles fazerem esse trabalho dentro das ilhas. Mas já estamos começando a limpeza lá, a água está baixando, acredito que, em pouco tempo, a gente vá normalizar.

Vamos por pauta. Coleta seletiva: 100% dos bairros de Porto Alegre. Isso não é 100% das ruas. Existem comunidades novas, existem ocupações novas, existem residenciais novos que estão abrindo e que, ao longo do tempo, vão se credenciando, vão solicitando junto ao DMLU, e são realinhadas as rotas dos caminhões. Hoje existe um sem número de caminhões da coleta seletiva que trabalha por região e entrega na unidade de triagem mais próxima da região. Uma coisa que eu gostaria de salientar é que, claro, nós ainda temos muito a avançar, mas, para contar uma realidade para vocês, tem sobrado carga. A grande parte das unidades de triagem, claro, não é todos os meses, a questão das cargas é um pouco sazonal, de acordo com o mercado em si, mas tem sobrado cargas, tem unidades de triagem que não querem receber cargas, eventualmente. E foi com esse aumento das cargas – porque nós notamos um aumento progressivo das cargas – que nós conseguimos expandir e começar esse trabalho nas Ilhas, fomentando esse trabalho, nas Ilhas, dos núcleos, volto a dizer, junto à Defensoria Pública e ao Ministério Público, e estamos começando a organizar na questão ali próximo à ponte da BR-116, ali a entrada de Canoas, Porto Alegre, aquela comunidade, ali no Jorge. Então, a gente vai começar, em pouco tempo, a fazer esse trabalho, junto com eles, dentro de núcleos familiares, até poder estruturar uma cooperativa de grande porte e agremiá-los. Então esses são, de momentos, os planos de expansão. A expansão sempre tem que ser tabulada em cima da quantidade de resíduo médio que a gente recolhe por dia. Hoje, o que se tem se conseguiu avançar um pouco. Nos números dos nossos técnicos que estão terminando o PMGIRS, que teve a primeira audiência pública aqui, na Câmara, e que deve retornar, em breve, para Câmara ou para a sessão ou para mais algumas audiências. Do início desta gestão até agora, aumentou-se 0.3 percentual a coleta de seletivos em Porto Alegre, estava em 4.2, hoje está

próximo a 4.5, e tem mostrado uma crescente. A gente tem que levar em consideração todos os períodos que passamos, faço um parêntese aqui, eu sempre sou um cara que defendo que a educação ambiental tem que ser um programa de governo e não um programa de gestão, puxa um pouco para a educação ambiental esse aumento de resíduos, porque a gente começou alguns trabalhos diferenciados. Na questão dos condomínios, existe um programa chamado Coleta Tri, onde o condomínio pode se credenciar ao DMLU e o DMLU retira lá dentro seu seletivo, porque, enquanto estiver dentro do condomínio, é de domínio do condomínio e ele pode comercializar, pode doar para quem quiser, a partir do momento que ele sai do portão para fora é que vira obrigação do poder público. Existem muitos condomínios que comercializam o seu resíduo, existem outros que são atendidos por informais. Volto a dizer: isso é uma propriedade privada enquanto está dentro do condomínio.

Respondendo também à Ver.^a Lourdes na questão de fiscalização e a EPTC, essa fiscalização ocorre, mas não pode partir por parte do DMLU. A única coisa que o DMLU pode cobrar é MTR do transporte, mas, a partir que ele retirou o resíduo dentro um condomínio, que deu o resíduo a ele, só se ele tiver alguma irregularidade com o veículo para transportar, e aí é uma questão de autuação da EPTC, e trabalhamos em conjunto e costuma a ocorrer esse tipo de autuação.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Só me permite lhe interromper. E quando chega na calçada, onde todos moradores colocam o lixo, e vem o atravessador e leva. O que fazer? Chama a polícia?

SR. MARCO SALINAS: Não, deixa eu lhe colocar: está na calçada é obrigação do poder público, ponto. Se eu pegar ele colocando dentro do caminhão, aí eu posso ser autuado pela fiscalização, mas, se já tiver em cima do caminhão, eu não tenho como autuar ele, por incrível que pareça. Eu posso cobrar o Manifesto de Transporte de Resíduos dele, ponto. Eu costumo dizer que tem coisas que são boas e coisas que são ruins, eu vou fazer um parêntese novamente aqui, o poder público tem que explicitar os dias e horários de coleta, seja ela de seletivo,

seja ela de orgânico, e, ao mesmo tempo, acaba informando que o caminhão só vai passar às 8h e que o informal pode passar às 7h. Infelizmente, ao meu ver, eu vejo isso. E a gente vê isso junto com os nossos caminhões, mas nós temos que fazer essa publicidade para a população.

Puxando para a questão do bota-fora, agora, vereador. O bota-fora, antigamente, realmente existiam carros que faziam comunicação dentro das comunidades. A gente trocou esses contratos, estamos revendo para trazer carros de som para fazer essa comunicação dentro da comunidade novamente. Temos feito junto à subprefeitura da região, que é a que mais congrega os conselheiros, delegados, as associações de bairro, igreja, ou seja lá qualquer entidade que tenha dentro daquele bairro, procurando, através deles e junto com o DMLU, fazer essa divulgação do bota-fora, seja por cartazes, ou seja pelas próprias redes sociais, que grande parte das comunidades tem, ou redes de WhatsApp, tentando melhorar essa questão.

Os roteiros, hoje, nós começamos em 198 comunidades, no início da gestão. Hoje, se eu não me engano, são 229 que são atendidas. A cada proximidade de final de semestre, como vai ocorrer, agora, em outubro, nós, do DMLU, percorremos todos os FROPs da região, conversando com as comunidades, explicitando os roteiros e as comunidades que são atendidas dentro daquela comunidade, e conversando com a comunidade se há necessidade de inclusão de alguma... O bota-fora não passa em todas as ruas, são ruas principais, para as pessoas deixarem o seu grande volume lá, o seu inservível de grande volume, e a gente costuma conversar com a comunidade até para aderir. Porque ninguém melhor do que um morador da comunidade para conhecer a comunidade; e com isso a gente vem ajustando roteiros, colocando mais de uma comunidade junto num roteiro para poder otimizar. Claro que temos problemas com as comunidades, às vezes, de falta de informação. Eu sou um que vou muito nas comunidades e digo olha: “Bota-Fora tem dia e hora para começar, mas não tem dia e hora para terminar.” Porque, eventualmente, eu estou com um caminhão ou dois, chega na primeira esquina e lota tudo. Daí tem que ir no transbordo descarregar, voltar e retomar o roteiro. Nem sempre isso é viável no

mesmo dia; mas no outro dia, às 8h, ele continua até terminar aquele roteiro. Os roteiros sempre são concluídos. Eventualmente, por uma questão climática ou alguma coisa nesse sentido, pode acabar não sendo concluído. E o projeto Bota-Fora vem nesse escopo, exatamente de pegar os inservíveis de grande volume, que são aqueles que não são levados pela coleta cotidiana de Porto Alegre, nem a seletiva, nem a orgânica. É o sofá velho, é a geladeira velha, é uma televisão, é um armário que está quebrado, e o Bota-Fora recolhe isso. Acho que nós ainda temos muito para avançar, porque o Bota-Fora ocorre uma vez por semestre em cada região; acho que ainda temos muito que avançar, mas é uma questão estrutural e a gente vem trabalhando nisso. Mas, em contrapartida, as nossas seções nas regiões possuem caminhões extras e algumas comunidades praticamente têm Bota-Fora todo dia. Todo dia, na região Humaitá ali, Navegantes, o caminhão limpa de manhã, de tarde e de noite. O caminhão não arrancou e já tem resíduo no lugar. O que a gente trabalha com as pessoas é que coloquem o seu resíduo no dia e horário certos, que nos ajudem. O DMLU não vai conseguir ser onipresente em todas as localidades de Porto Alegre. E a gente vem levando esse tipo de informação. Eu acho que a gente conseguiu, nesta gestão, ser um pouco mais próximo das comunidades, independente de bandeiras, mas chegar mais próximo às comunidades e fazer um trabalho conjunto com a Secretaria de Governança, que tem uma abrangência em toda Porto Alegre, para que a gente participe dos FROPs, participe dos debates com os conselheiros, com os delegados; e que as pessoas que não nos conhecem, que nós não tivemos a oportunidade de conhecer, tenham acesso a nos convocar, a nos chamar para que a gente explicita isso. Em números, desde que a gente assumiu, a gente já passou por 95% da rede de ensino de Porto Alegre, tanto particular, quanto estadual e municipal, dando palestras de educação ambiental; ou com a idade mais tenra, os que ainda não têm uma compreensão total das palestras, desenvolvendo hortas comunitárias para gerar uma consciência sustentável de meio ambiente desde o início. E quanto à questão – acho que eu estou, desculpem a expressão, estou ficando velho e estou ficando meio turrão – de que a gente sempre tem que trabalhar com as crianças, é lógico,

as crianças são o nosso fundamento, mas se a gente fizer uma análise de consciência, nós começamos lá, tenros, plantando o feijão no algodão, e era um princípio de sustentabilidade. Eu, particularmente, sou oriundo do interior, a gente trabalhava com hortas dentro da escola, a gente trabalhava com a hortinha no fundo da casa da avó, era um princípio de sustentabilidade. E onde a gente se perdeu no meio desse caminho é que a gente tem que tocar. Hoje eu brinco que eu não faço tanta educação, faço mais sensibilização, que eu creio que grande parte da população sabe como descartar corretamente, efetivamente não o fazem, e essa sensibilização, seja pelo caráter sustentável, seja pelo caráter de meio ambiente, ou seja por um caráter social, porque está promovendo a geração de emprego e renda para mais de 600 famílias, com um potencial absurdo para melhorar. Hoje, praticamente um terço do que vai para o aterro sanitário tem potencial para ser reciclado, mas foi descartado erroneamente, ficou contaminado e a gente não pode mandar para as unidades de triagem. Eu acho que contemplei...

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Permite-me, Presidente? Queria continuar aqui o diálogo, até por que tenho duas perguntas. No início do ano passado, eu fui na Vila Dique e na Vila Marista, e eles estavam pleiteando uma unidade de triagem porque havia uma reclamação meio generalizada sobre a situação da Vila Dique. Como uma comunidade faz, ou um bairro, para se cadastrar para uma unidade de triagem? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta: quando existem algumas reclamações de que determinadas ruas não estão cadastradas, tu falaste, Salinas, que pode cadastrar rua, qual é o procedimento para que o cidadão possa fazê-lo?

E com relação ao Bota-Fora, tem uma perspectiva de governo de que pode ser mais próximo e não semestral? Há uma iniciativa? Tem uma previsibilidade, um planejamento? Como vocês estão tratando disso? Porque, pelo que eu percebi aqui, é só semestral. E, de fato, se tu passares em determinadas ruas da cidade, tu vês que da noite para o dia aparece, vamos dizer assim, esse lixo considerado

não lixo normal, mas madeira, outras coisas assim, que, de fato, só o Bota-Fora pode recolher.

SR. MARCO SALINAS: Vamos por partes, vamos ver se eu consigo explicar tudo. A comunidade normalmente se agremia em cooperativa ou associação, e existe a diretoria de destino final em Porto Alegre, que vai recebê-los tranquilamente, vai dar o passo a passo de como se formalizar para se credenciar junto ao DMLU, mas como sociedade civil organizada, não pessoa física – apenas sociedade civil organizada.

Quanto ao bota fora, eu acho que essa é uma discussão que a gente está conseguindo trazer para o grande público em grande parceria com Orçamento Participativo. E lhe dou um exemplo: a região norte, numa das demandas dele, destinou um recurso a mais, um recurso para o DMLU, para auxiliar o DMLU a aumentar a infraestrutura para fazer o bota fora com menor frequência dentro daquela região, que é uma região muito necessitada.

Então, assim, os recursos são finitos do poder público, a gente vem trabalhando de uma forma a otimizar o que tem hoje. Temos perspectivas de aumento de frota terceirizada, aumento de roteiros; por hora, a gente tem conseguido absorver os roteiros, não conseguimos absorver mais roteiros, mas não aumentar a frequência. Isso é um escopo que a gente tem que vai chegar num limite de comunidades, que já vão estar praticamente todas contempladas em Porto Alegre, e que a gente vai ter que trabalhar a estrutura para melhor atendê-los. A comunidade sempre tem à disposição, e junto à subprefeitura da região, a possibilidade de indicar um novo roteiro.

Eventualmente o DMLU faz dois tipos de coleta, existe uma coleta, que se a gente conversar, se for um caso de necessidade, de uma enchente, de precisarmos tirar grandes volumes, o DMLU pode tranquilamente, em comunhão com a sociedade civil, armar mutirões de limpeza para que seja estancado aquilo. A grande questão é que também não dá para enxugar gelo sempre, deveria acontecer uma ação, e que aquela ação se mantivesse em conluio com a população.

É como a questão do plantio que um dos vereadores citou. Eu sou uma pessoa – e quando eu falo eu, é o departamento, por favor, não entendam que sou eu, pessoa – que sou muito criterioso para fazer plantio, por quê? Se eu não tiver a participação da comunidade que convive com aquele problema, que eu não crio uma sensação de pertencimento em cima deles, aquilo não vai dar certo. Não adianta eu ir lá, reurbanizar, trocar por um jardim, botar banco, botar floreira, não vai dar certo. Agora, quando eu consigo que a comunidade se junte, que a comunidade seja nossa parceira, que a comunidade se responsabilize por aquele espaço, nós temos mais de 80% de aproveitamento nisso. Então, eu sou um pouco criterioso para fazer, eu sei que eu tenho uma demanda absurda, porque foi um projeto que, por sorte, deu bastante certo, mas a gente tem que levar esses critérios, porque senão a gente está gastando esforço e o erário público numa coisa que não vai dar certo. Então, todo trabalho que a gente bota, a gente bota como meta o pertencimento do cidadão em cima da cidade, aí nós vamos resolver problema de container, aí nós vamos resolver problema de focos de lixo, de reurbanização, de sustentabilidade, tudo, se o cidadão tiver pertencimento sobre a cidade, sobre a coisa pública – pelo menos esse é o meu entendimento.

E esses projetos estão dando certo, é um projeto formiguinha, a gente está com a perspectiva agora de aumentar bastante, já estou vendo como produzir as floreiras, que são material biodegradável, isso é um reaproveitamento de *palets* de empresas que me doam, e eu tenha uma minimarcenaria dentro da Prefeitura. Então, eu quero achar um jeito de industrializar, entre aspas, essa produção para que eu possa aumentar o volume de produção e atender melhor as comunidades.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Salinas. Eu quero pedir licença para vocês, pessoal, que eu tenho uma agenda agora intransferível, eu vou passar para a vice-presidente, a Ver.^a Cláudia Araújo.

O Sr. Luiz Carlos Pinto da Silva, do gabinete de inovação, está com a palavra.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Obrigado, presidente, obrigado, Cláudia, parabéns pela iniciativa desta reunião especial. A gente tem esse simbolismo, a Semana Lixo Zero, como bem disse aqui a Paula, ela não pode acontecer só durante a Semana Lixo Zero, mas ela é uma espécie de uma bandeira para que a gente possa, nesse momento, repensar, tomar ações, se reenergizar para poder atuar durante todo o ano. Acho que foram citadas algumas coisas aqui que são muito importantes, essa questão dos atravessadores; desde o primeiro momento que eu entrei, convidado pelo prefeito para trazer o espírito do pacto alegre para dentro da gestão pública, a gente se digladia com essa questão dos atravessadores, que têm uma série de problemas, como foi dito aqui, logísticos, operacionais. Na realidade, precisa como muitas outras coisas associadas a esse comportamento ambiental, de conscientização. Se a gente não tivesse pessoas, eu trabalhei muito com gestão de riscos, fui diretor do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres e Gestão de Riscos, na UFRGS, onde sou professor titular, e sabemos que na gestão de risco, se não tivermos a comunidade do nosso lado estaremos enxugando gelo. Não tem como fazer gestão de risco sem a comunidade estar envolvida.

E, da mesma maneira, a questão da educação ambiental, a gente precisa disso, o poder público faz um esforço tremendo, é só perceber, se a gente tiver um problema com os contêineres ou se tiver qualquer problema que interrompa a coleta por um ou dois dias, a cidade fica intransitável. Isso é um claro e evidente indicativo de quanto o poder público faz para que a gente possa fazer essa gestão dos resíduos sólidos, mas eu preciso que as pessoas também participem disso, e eu concordo plenamente, Ver.^a Mônica, de que a gente precisa de uma campanha. Mas ela não pode ser só de governo, porque senão parece que é o governo simplesmente tentando partilhar um pouco suas responsabilidades. Ela precisa sair da sociedade, ela precisa estar aqui na Câmara de Vereadores, ela precisa sair do nosso varejo, ela precisa sair das nossas pessoas, porque é essa difusão de vozes que mostra que a gente está fazendo um projeto de cidade, como muito tem acontecido dentro do pacto. Se a gente perceber o

comportamento das pessoas depois de alguns eventos, por exemplo, na orla, o que fica amanhã ou depois, o que o DMLU tem que recolher, a gente percebe a falta de consciência das pessoas, muitas vezes, de contribuir com esse...

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ou um jogo no entorno da Arena, não é?

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Um jogo no entorno da Arena, ou seja, a gente vê pessoas que têm uma certa consciência, mas que não têm esse comportamento no dia a dia. A gente tem que começar a negar socialmente de que isso é um comportamento aceitável, como hoje o tabagismo já não é mais, como hoje andar sem cinto já não é mais. Nós temos que fazer o mesmo esforço para que isso venha também para a questão da sustentabilidade.

Eu tive a oportunidade, como eu disse, sou professor, e a gente estudou que talvez seja um desafio a gente agregar mais valor nessa questão dos resíduos. Porto Alegre talvez tenha um dos conjuntos de empresas inovadoras mais importantes do Brasil em termos dessa questão de resíduos. A gente tem a Trashin, que ganhou quase todos os prêmios. A gente tem a Arco, que é um movimento superinteressante de um grupo que sai fazendo compostagem e entende a lógica de fazer um negócio, inclusive olhando para aqueles resíduos que têm menos valor comercial, se for em pequenas quantidades, mas achando um modelo para fazer isso em escala quase industrial. A gente tem a Meu Resíduo, que é a ganhadora do South Summit.

Então, a gente tem ali possibilidades de trazer tecnologias, de trazer soluções, mas, para isso, a gente precisa ter algum nível de estímulo. Eu acho que, no ano de 2023, o gabinete de inovação trabalhou muito para melhorar o ambiente para as *startups* em 2022. Ele trabalhou muito na questão da inovação social, em garantir que a gente não tenha uma bolha de inovação, mas um cobertor de inovação; o levantamento do empreendedor periférico, os ramos comunitários de inovação, a iluminação Wi-Fi em alguns lugares, para a gente poder

justamente começar a mobilizar essa inovação e reconhecer esses inovadores em todos os lugares. E uma das vertentes que a gente quer trazer muito forte para o ano de 2024 é justamente a questão da inovação sustentável. A gente já tem algumas ações iniciando. A Igapó, por exemplo, é uma *startup* que veio participar de um edital que colocamos sobre sistemas alimentares, junto com o Iclei. Lembro aqui de uma iniciativa do Iclei que está nas escolas e que foi superimportante: a gente trouxe um projeto piloto em compostagem e em painéis de energia solar. Isso se mostrou muito eficiente numa escola e isso ajudou, inclusive, na educação ambiental dos alunos daquelas escolas. Isso hoje está se tornando uma política para toda a rede. Todas as escolas vão ter iluminação por painéis solares, e a gente está avançando um pouco na lógica da compostagem.

Eu gostei muito da lógica dos biodigestores, gostei muito da lógica da compostagem nas praças, e a gente trouxe justamente uma das *startups* do edital com o Iclei de sistemas alimentares para fazer um teste. Não só dentro do CAM, no sentido de que ali a gente tem que demonstrar que está nascendo de dentro da própria gestão na cidade, mas também em uma das praças. A gente está articulando aqui com a Ver.^a Cláudia para a gente poder ter um equipamento industrial, de larga escala, que possa realmente mostrar a compostagem não só como alguma coisa artesanal, mas que faça a diferença em termos de volume. A gente precisa daquela compostagem quase que caseira, mas eu preciso também de sistemas de alta capacidade, porque senão eu não consigo vencer todo o desafio que a gente tem em relação a isso.

Nós estamos olhando muito, e um dos melhores exemplos que a gente tem, e a gente sabe, por exemplo, da trajetória dos países nórdicos. Nós, infelizmente, no século XX, acabamos adotando algumas dinâmicas sociais muito pouco sustentáveis, e nos acostumamos com essas dinâmicas. A gente se acostumou a ter embalagens, a largar essas embalagens, a misturar, ou seja, tirar esses resíduos dos nossos olhares e enterrá-los em algum lugar. Só que isso obviamente já não é mais aceitável, nem sustentável hoje em dia. A questão é: como que a gente se desacomoda desses hábitos que a gente adotou como

sociedade no século XX? E toda a desacomodação tem algum custo, porque é como quando eu quero emagrecer. Não adianta uma pílula mágica, vou ter que ir para a academia, vou ter que suar um pouco para poder emagrecer. Eu acho que é essa a consciência que a gente tem que entender, que a gente vai ter que fazer outras escolhas e que elas têm um certo custo, um certo custo de educação dentro de casa.

Eu me lembro de morar na Inglaterra, e eu levava os meus resíduos até uma central, já separados, para poder entregá-los melhor para o setor público de alguma maneira. Ao invés de passar na minha rua, na realidade, eu fazia quase que todo o sábado a ida até lá com os meus resíduos já separados e entregava. Hoje a gente ainda não está nesse nível de conscientização, mas a gente tem que construir essa estrada, porque aí a gente começa a ter uma possibilidade de fazer a diferença de uma maneira mais ágil. E é função da inovação de, muitas vezes, onde tem uma dificuldade, encontrar oportunidades. Então, justamente o que a gente vem olhando para algumas trajetórias de outros países é talvez mecanismos em que a gente possa estimular que esses negócios, que o aproveitamento de resíduos, que a valorização desses resíduos possa acontecer. Já que a gente paga tanto para poder destinar resíduos, será que a gente não pode ter um mecanismo de *offset* em que a gente estimule, se tivermos uma outra destinação mais adequada? Porque quando eu tenho uma destinação inadequada num contêiner eu contamina não só aquilo que eu joguei, mas todo meu contêiner. Na verdade, perdemos muitos recicláveis porque não se consegue que as pessoas entendam aquilo, ou seja, se ela tivesse não colocado seria melhor. Se ela tivesse largado do lado do contêiner seria melhor para a gente do que ela colocar dentro do contêiner, muitas vezes, o resíduo inadequado, o orgânico misturado com o seletivo. Temos o compromisso de trazer a esta Casa algumas legislações que nos ajudem a trazer a balança um pouco mais pró-soluções do que pró-dificuldades. Nós temos uma agenda marcada com a Ver.^a Cláudia, de um esforço que eu iniciei ainda quando estava na universidade. Nós tivemos aqui uma organização social de Porto Alegre, a famosa ONG Solidariedade, que já esteve envolvida em toda a questão de

orçamento participativo, formação de pessoas a partir da questão da reconversão dos carrinheiros. Eles nos procuraram, pois queriam fazer um negócio sustentável, cooperativo, com base em resíduos da construção e demolição. Colocamos toda a força da UFRGS, fizemos uma série de estudos voluntariamente, e foi a primeira vez que tivemos uma organização social incubada dentro de uma Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acabamos, com o projeto Finep, conseguindo trazer equipamentos para operacionalizar, e eles conseguiram nos demonstrar a capacidade de gerar blocos, ou seja, a partir de resíduos de construção e demolição que seriam perfeitamente adaptáveis à construção civil. Só que temos um problema de fiscalização, de licenciamento e de legislação para você utilizar, muitas vezes, esses materiais reciclados. Então, teríamos que trabalhar com as cooperativas para que elas arrecadem recursos, não só de recolher esse lixo e entregá-lo como uma *commodity*, mas também de, daqui a pouco, fazer algumas transformações, alguma geração de valor com alguns desses resíduos para que a gente possa ter uma geração de valor melhor. Traremos a esta Casa, e eu conto com vocês da COSMAM, alguns desafios para que a gente possa talvez trazer essa balança de tal maneira que os resíduos gerem mais renda, tenham mais atratividade e com isso a gente tenha mais aliados para que possamos tirá-los de dentro, ou seja, da nossa cadeia e possamos ter destinações melhores e deixar que o DMLU se foque naquilo que realmente é o resíduo quase que inaproveitável. Acho que a gente tem ainda possibilidades de utilizar todo o resíduo, mas é uma corrida, a gente tem que começar a fazer o que temos mais capacidade de fazer mais rápido para que a gente vá diminuindo os volumes nessa corrida, como disse a Paula, para que não se chegue no abismo. Então, contem com a inovação, é compromisso nosso, e já estamos fazendo algumas coisas, mas estamos à disposição da COSMAM para pensar juntos algumas outras ações, seja de conscientização, seja de trazer soluções inovadoras. Lembrei de uma coisa, estamos fazendo hoje uma licitação especial pelo Marco Legal das *startups*, o que a gente chama de CPSI – compras públicas e soluções inovadoras. É um novo mecanismo trazido por esse novo marco constitucional de 2021, que permite que a gente abra um

desafio, qualifique algumas soluções inovadoras para eles apresentarem isso como projetos-pilotos, e depois possa incorporar o projeto-piloto que trouxer o melhor benefício público para dentro do poder público para poder agilizar a incorporação de inovações dentro do poder público. Poucas cidades estão na vanguarda disso, Recife, Araguaína, Foz do Iguaçu... Porto Alegre é uma das dez cidades que está primeiro utilizando esse mecanismo do CPSI. O primeiro CPSI foi justamente com o DMLU sobre a gestão da limpeza urbana, justamente termos mais sensores para saber onde é que estão nossas equipes de limpeza urbana, que possamos ter melhor fiscalização, melhor informação de eficiência, para que possamos ter melhor planejamento, um *dashboard* melhor para o DMLU. Tivemos um sucesso incrível, ou seja, de todos os CPSIs lançados no Brasil, o nosso foi o que teve o maior número de concorrentes, tivemos 15 concorrentes de cinco estados, temos as melhores soluções, provavelmente, de todo o País, em termos de IoT para podermos monitorar onde estão as equipes, mas também de *dashboards* que estão começando a ser testadas aqui. Acho que temos muito a avançar e é na parceria que vamos fazer esses avanços com a sociedade, com o Poder Legislativo, com o poder público e com as empresas, estimulando novos negócios e a academia está muito a par. Nós estamos com uma provocação muito forte, quero já convidar a COSMAM para estar junto nesse processo, vários atores sociais trouxeram ao Pacto – agora usando meu boné de coordenador do Pacto Alegre – o desafio de a gente propor à Mesa agora na reunião de novembro, onde a gente reúne todas as forças de Porto Alegre, um projeto que fosse baseado nessa lógica da redução de resíduos, uma Porto Alegre sem lixo. A gente tem um grupo, o ECOAR, que conta com especialistas da UFRGS trabalhando com reciclagens, conta com o Senai... A gente tem a Trashin, a Green Thinking, todos esses envolvidos em dar suporte, e eu tenho a sensação de que nós estamos chegando num momento, talvez, de pequena mudança de inflexão em termos de consciência de que a gente precisa agir, Ver.^a Cláudia. Hoje de manhã, inclusive, eu tive a noção de que o pessoal da Restinga estava se auto-organizando para poder fazer uma ação importante em termos de reduzir o lixo na Restinga. Se isso começa a surgir quase que

naturalmente, com o Acir, com outros atores ali, a gente está num momento em que, talvez, essa mensagem que a gente... E quero te agradecer por ter levado a mensagem, a toda a COSMAM por ter levado a mensagem. Chega uma hora que a gente vê que as pessoas começam a se sensibilizar para essa mensagem. Acho que a gente tem que aproveitar essa janela de oportunidade para aproveitar essas forças sociais e dar suporte para que elas possam, de fato, fazer a diferença na cidade. Agradecer ao DMLU o trabalho incrível que eles realizam. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): Obrigada, Luiz Carlos. Tem tanta coisa para gente falar sobre esse tema, a gente podia ficar aqui horas e horas falando. E quando tu falas na questão do projeto Solidariedade, que a gente tem essa reunião, nós também fomos procurados pelo dono de uma marcenaria há um tempo, que é de Canoas, e que tinha muita sobra de madeira. Isso é só para trazer como exemplo, e ele queria utilizar essa madeira para transformar em banquinhos, em outras coisas, mas ele não tinha condições de fazer, ele queria doar. E a gente conseguiu uma parceria com o Pão dos Pobres, que tem uma marcenaria que capacita os jovens, que oportuniza aos jovens ter uma profissão de marceneiro, e eles fizeram a parceria e estão destinando as madeiras e também fazendo um contato mais direto de ensinar e tudo mais. São pequenas ações que a gente consegue mover.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: É a lógica das redes. Ou seja, o professor Sílvio, da Unisinos, estava me dizendo assim, qual vai ser a próxima onda depois da inteligência artificial e *etc*, e a gente comentava que vai ser a lógica da colaboração e das redes. Então, parabéns, esses contatos entre os atores da cidade, todos eles se tornarem protagonistas, não estarem aguardando só o poder público, mas cada um saber como fazer para fazer parte de uma ação pela cidade.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): Nós temos algumas perguntas no *chat*, que nós vamos fazer em seguida, e vou abrir também para quem quiser se inscrever. O Sr. Eduardo Henrique Alves Garcez, da PGM, está com a palavra.

SR. EDUARDO HENROQUIE ALVES GARCEZ: Bom dia a todos. Saúdo a Mesa e os presentes. Nós, da PGM, como órgão da advocacia de Estado, temos um papel de implementação da política legislada, somos organicamente parceiros desta Casa por ser um dos braços de ação dela. Um dado relevante nesse contexto, destacando a atuação da PGM, já temos uma ação de ressarcimento de danos por ausência de implementação de política reversa, em que fomos vitoriosos em 1º grau, ainda não temos o trânsito em julgado, mas acredito que demonstra a nossa atuação no assunto. Enfim, como disse, somos ainda dependentes da implementação da lei, mas continuamos organicamente parceiros desta Casa.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): Obrigada, Dr. Eduardo.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Sra. Presidente, vou pedir licença para me ausentar, porque estamos recebendo uma delegação de Formiga – Minas Gerais, que quer conhecer esse momento da inovação da cidade, e me comprometi a ir até o Tecnopuc para recebê-los e saudá-los em nome do Pacto Alegre do Gabinete de Inovação.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): Agradeço sua presença e a fala, porque sei o quanto nós trabalhamos pelo tema.

SR. LUIZ CARLOS PINTO DA SILVA FILHO: Estou à disposição desta COSMAM.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSDB): Obrigada. A Sra. Mariela Inês Secchi, representando a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, está com a palavra. Seja bem-vinda.

SRA. MARIELA INÊS SECCHI: Muito obrigada. Eu desconheço os protocolos, porque é a minha primeira vez na Câmara de Porto Alegre, então, gostaria de agradecer o convite em nome da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura. Eu trabalho na assessoria de educação para sustentabilidade, inclusive este ano nós mudamos de nome, Assessoria de Educação Ambiental, para ter uma gama maior de braços, em que possamos atuar.

Recentemente eu participei do Congresso Internacional de Resíduos Sólidos, no Rio de Janeiro, que tratou muito sobre a questão dos descartes, principalmente dos descartes inadequados. Uma pergunta que eu levanto uma lebre, como a gente diz, o que é lixo e o que é resíduo, porque não são a mesma coisa. Lixo, a gente até usa esse termo quando quer descartar, inclusive para descartar alguém, usamos esse termo de forma pejorativa. Acho que a gente tem que pensar o resíduo de uma outra forma, pensar o resíduo como algo que tem valor. Inclusive, até nas escolas, a gente começa desde pequeninhos tentando separar lixo seco de lixo úmido. Então tem coisas que a gente tem que mudar um pouco a nossa concepção. O lixo úmido, se eu molhar um papel, ele vai virar úmido; se ele está seco, ele vai para reciclagem. Portanto, a gente tem que pensar vários conceitos em relação à conceituação. Eu sou professora de ciências e biologia, trabalhei muitos anos em sala de aula; agora estou desde fevereiro fora de sala, mas uma vez professor, sempre professor. Eu acho que a questão que inclusive a Dra. Mariana levantou, a questão da BNCC, acho que nas escolas a educação ambiental já é feita; infelizmente ela não é feita de forma adequada, porque cabe muito ao professor de ciências e biologia ainda tomar essa atitude. E as políticas nacional e estadual de educação também falam que a educação ambiental é transversal, ela permeia todos os níveis da educação, desde a educação infantil, ensino fundamental 1, ensino fundamental 2, ensino médio, universitário, também a educação não formal – e é aí que acho que a

gente está pecando um pouco, porque, enquanto que a criatura, enquanto que a criança, enquanto que o adolescente estão na escola, estão dentro da sala de aula, dentro das instituições, ainda fazem a separação dos resíduos, mas no momento que entra numa empresa, no momento que entra é num órgão de trabalho, enfim, na sociedade, parece que esquece que tem que continuar fazendo a separação adequada do resíduo. Uma fala de um dos representantes, até acho que ele é um dos presidentes, do Instituto Lixo Zero, que é de Santa Catarina, falou no congresso, disse: “Vocês colocariam a mão no resíduo que vocês separaram para reciclagem?” Às vezes a gente não pensa no outro; então, é uma questão um pouco de humanidade a gente separar de forma adequada o resíduo, para que ele chegue lá no catador – até acho que a gente pode mudar o termo “catador” para agente ambiental, porque eles fazem um serviço ambiental muito importante, são eles que fazem a triagem da maior parte do resíduo reciclável, que é encaminhado para reciclagem. No Rio Grande do Sul, até a gente tem um número que ainda é pouco, ainda é pequeno, em torno de 8% do resíduo é reciclado. É menos, é em torno de... Mas aqui no Brasil é 4%, gente, em torno de 4%. Existem municípios que têm uma quantidade maior; Porto Alegre, eu sei que encaminha uma quantidade razoável, não sei em percentuais, mas Caxias está beirando os 8% também, em relação ao resíduo encaminhado para reciclagem. O professor aqui falou de inovação, e existem várias possibilidades de a gente trabalhar com resíduos em relação à inovação, existem várias, inclusive a Trashin, conhecida, e outras *startups* que também já fazem isso, ReSand, de Curitiba, que faz a transformação do vidro em areia para construção civil; então, eles em eles usam o vidro, trituram, em 3 segundos uma garrafa de vidro se transforma em areia, é bem interessante; então, utilizar na construção civil, fazer blocos, enfim; existem várias outras possibilidades. O que eu tinha em relação ao Estado, está para sair a nova resolução do Consema em relação às embalagens, a logística reversa de embalagem. Então, acredito que até o final do ano a gente vai ter uma nova resolução, baseada nas embalagens em geral; hoje em dia a gente não tem ainda específico para embalagens, algumas coisas de eletroeletrônicos, na questão de pilhas e baterias; até no *site*

da Sema a gente tem lá um *banner*, no qual vocês podem clicar, direciona para o local de descarte do resíduo eletroeletrônico. Então é, em parceria com o Ministério Público também, Dra. Annelise, a gente está trabalhando essa questão.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ela foi convidada, inclusive, para estar conosco, mas ela tinha uma outra agenda.

SRA. MARIELA INÊS SECCHI: Para encerrar, a gente está trabalhando, visitando vários estados, participando de várias atividades em outras regiões também. A questão dos resíduos é muito importante, é muito impactante, porque a gente não está trabalhando só resíduo, a gente está falando de saúde única; então, se a gente deixa o resíduo ali, jogado a Deus dará, a gente pode ter vários problemas, inclusive de saúde, da população. A gente está enterrando valor, um valor bem considerável. Os municípios pagam fortunas para enterrar resíduo; boa parte desse resíduo, não sei precisar aqui em percentuais, mas acredito que mais de 50% dele poderia ser reciclado, mais uma boa parte compostado, só uma pequena partezinha iria para o aterro. Até a política dos resíduos sólidos diz que resíduo não pode ir para aterro sanitário, só rejeito. Então, um resíduo orgânico, por que não o compostar? Eu agradeço a oportunidade e fico à disposição.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada pela fala importante. Acho que tem muita coisa, como eu disse, para a gente fazer. Eu vou passar para o Luis Felipe e depois a gente vai fazer as perguntas antes de passar e depois passar para o pessoal. Temos três perguntas no *site*, uma delas, na verdade, a gente até já falou aqui, que foi com relação às hortas comunitárias, se está no radar da Prefeitura. Ou seja, a gente já faz isso, enquanto DMLU, enquanto educação ambiental, já se faz a questão das hortas nas escolas. Um local como esse seria excelente para ter palestras e conscientização. A gente já tem a frente parlamentar que está sempre disponível a fazer a fala com relação a esse tema. Ao invés de condenar os atravessadores, não seria interessante dar treinamento adequado e investir em veículos ou financiamento para eles? Eles não querem

estar no sistema. Se eles quisessem, eles já estariam. Eles não querem ganhar o que ganham as unidades de triagem para fazer essa separação. Eles querem ganhar mais. Então, eles não querem estar nesse sistema, infelizmente. Eu acho que esse é o retorno que a gente tem para essas duas perguntas, mas a gente está à disposição para sempre trazer mais informações. Luis Felipe, da SMAMUS.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Isso. Diretoria de licenciamento e monitoramento ambiental. Primeiramente, bom dia. Realmente, um assunto muito importante. Eu acho que o que mais cabe a nós da secretaria é a parte de educação ambiental, que a gente tem feito nas escolas e em locais assim... Na semana passada, a gente teve a Semana do Lixo Zero, que foi uma semana repleta de atividades, nesse sentido de educação ambiental. E a gente é muito focado, dentro da secretaria, na parte de resíduos sólidos da construção civil, do licenciamento ambiental, desses locais de MTRCC, desse acompanhamento, de onde sai o resíduo, a quantidade que sai, aonde ele chega. Tudo isso é condicionado nas nossas licenças. A gente trabalha bastante também com política reversa, quando possível. É item do licenciamento ambiental. Então, acredito que a atuação da nossa secretaria seria mais nessa frente e de conscientização, que nem o professor estava comentando de novas maneiras de tratar o resíduo. E isso é extremamente importante. A gente já tem feito, em parceria, várias consultas para composteira em escola, para horta comunitária, para coisa assim, para esses tipos de atividade e de ação. Então, mais uma vez, meus parabéns. É um assunto realmente muito importante. Era mais ou menos por aí.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Depois, eu tenho um questionamento para ti, mas...

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Sem problema.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A pergunta que tem no *site* é: se o cidadão quiser fazer uma composteira em área de preservação permanente, qual o caminho inicial? Eu acho que o Salinas, não sei se o Luis Felipe, quem é que responde?

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Primeiramente, na área de preservação permanente, tu não podes fazer nada. Tu não podes ter esse tipo de intervenção. No máximo, o que tu podes fazer é cercar para fazer uma proteção. Então, acredito que não vai ser possível essa composteira nessa área de preservação permanente, como o próprio nome já diz, é uma área de proteção. A gente não pode utilizar essa área...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos começar...

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Exatamente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Vamos começar pelos parques e pelas praças que já tem lei sancionada.

SR. LUIS FELIPE DORNELES: Melhor. É bem melhor.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está bem, obrigada. Tem uma fala, acho que do Lucas? Está inscrito? Lucas Fontes, do Green Thinking.

SR. LUCAS FONTES: Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta comissão. Então, saúdo toda a comissão na figura da Ver.^a Cláudia Araújo, que é a proponente da lei da Semana do Lixo Zero. Estamos no terceiro ano da lei, mas cabe salientar que, antes de a lei ser sancionada, nós já tínhamos um histórico, na cidade de Porto Alegre, como referência no movimento lixo zero em âmbito nacional. Então, nossa capital já foi referência, na década de 1990, com a implementação da coleta seletiva, sendo uma capital pioneira. Já fomos

referência em outros movimentos, a própria Agapan, com o nosso Lutzenberger; também fomos e somos referência nesse movimento lixo zero em âmbito nacional. Hoje, além da semana ser instituída no calendário oficial do município, nós temos, dentro do Tecnopuc, um dos maiores parques de inovação e tecnologia do mundo, o primeiro laboratório resíduo zero da América Latina, que é um laboratório que desenvolve tecnologias e inteligências para o beneficiamento dos resíduos sólidos. Desde janeiro, estamos operando esse laboratório, embora ainda não tenhamos feito a inauguração da sede física. Ele já está em operação e desenvolvendo soluções não só para o município, mas também para empresas e pessoas. Eu venho aqui, no final da Semana do Lixo Zero, na 9ª edição da Semana do Lixo Zero, na cidade de Porto Alegre, a terceira sob a tutela da lei municipal, para dizer que, neste ano, tivemos mais de 50 ações. Foram mais de 35 organizações e mais de 100 mil pessoas participando diretamente em todas essas ações. A gente vai divulgar o relatório de impacto dessa semana e agradecer, mais uma vez, à Câmara Municipal de Vereadores por já ter aplicado a lei municipal, mostrando o grau de maturidade do Município em lidar com seus resíduos sólidos. Fazer só um pequeno apelo, que eu não poderia deixar passar, quando nós tratamos sobre resíduos sólidos, não tem como fugir de tratar uma pauta social, não é apenas uma questão ambiental a limpeza do nosso Município, mas também uma causa emergente social, porque todas as 18 unidades que temos cadastradas junto à Prefeitura estão em áreas vulneráveis, ou em comunidades ou em zonas periféricas, e a maior parte dessas unidades é liderada por mulheres. Então a gente tem que olhar para essa pauta não apenas por um cunho ambiental, mas também como um problema social da nossa cidade. E aí eu faço um apelo para que a gente possa envolver um pouco mais a educação, as secretarias municipal e estadual. Se as secretarias municipal e estadual de Meio Ambiente tratam esse tema com uma importância de abordar a educação, logicamente, a gente tem que envolver essas unidades dentro do nosso poder público municipal também. Muito obrigado, vereadora.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Obrigada, Lucas. Tu sabes que eu propus um projeto para que a gente trouxesse educação ambiental para os servidores; não passou nem na CCJ, eles rejeitaram na CCJ, e eu estou sozinha aqui, para ver a nossa maturidade. Então é lamentável quando o tema é tão importante e ele é tão descartado – como a gente está falando de descarte. Eu queria perguntar, não sei se para o Luis Felipe ou se para a PGM, sobre a questão das licenças ambientais, porque a gente fala tudo o que a gente fala, e hoje nós temos 18 unidades de triagem, uma ou duas que eu acho que têm licenciamento, e as outras não conseguem fazer esse licenciamento. Acho que é muito importante a gente falar sobre isso, porque, primeiro, a gente tem que capacitar as nossas unidades de triagem, porque, como disse a Paula, tem mais de 600 famílias que dependem disso. E como é que a gente está trabalhando essa questão? A gente teve um aumento de repasse de valores no último ano, que não é o suficiente, que a gente sabe que é precário, a gente sabe também que o nosso cobertor é curto, que a gente não tem condições de atender como gostaria; mas a gente sabe que o valor que é repassado para as unidades de triagem é praticamente impossível de se manter. Então como é que a gente tem uma unidade de triagem trabalhando, funcionando? E a gente teve o problema... Quando o Salinas fala que tem resíduos sobrando para encaminhar para as unidades, aí eu posso falar que a gente tem a Padre Cacique, por exemplo, que ficou sem um dos cestos por muito tempo e que foi obrigada a rejeitar o material, porque não tinha como receber. Então isso é a questão da falta de manutenção e da falta de repasse para que ele pudesse se adequar e pudesse receber esse resíduo. Então a gente precisa falar no macro, a gente precisa falar no que está acontecendo, e por que a gente não consegue evoluir enquanto Secretaria de Meio Ambiente, enquanto PGM, para que a gente possa oportunizar essa questão. No ano retrasado, em 2021, nós tivemos uma reunião; foi meu pedido para o prefeito, e o prefeito encaminhou, para que nós fizéssemos uma reunião com a Secretaria de Serviços Urbanos, com o DMLU e com outros órgãos, inclusive a Cootravipa, para que a gente fizesse um cadastramento dos grandes geradores, que são os mercados, os condomínios, os *shopping centers*,

para que a gente pudesse ver de que forma nós íamos trabalhar isso, para que a gente pudesse receber o maior número de resíduos também. Não sei como isso evoluiu, porque nunca mais a gente fez reunião, nunca mais a gente foi chamado. Eu queria saber como é que a gente está evoluindo nessa questão, porque a gente fala de metas, a gente fala de responsabilidade, a gente fala de quem é responsável, desde o fabricante até o consumidor, quem é responsável por cada percentual disso, para que a gente possa ampliar esses percentuais de 4%, 5%, 6% que a gente recicla hoje para 90%, 100%, porque a gente tem condições de fazer isso. Como é que a gente faz isso? Como é que a gente evolui? Porque, senão, daqui a 20 anos, nós não vamos estar aqui, mas quem estiver aqui nesta comissão vai estar falando a mesma coisa. Então como é que a gente faz para que a gente possa melhorar essas questões? Eu não sei quem é que responde para mim.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Quanto às questões de aspecto de ação material é mais adequado que seja a SMAMUS.

SR. LUIS FELIPE DE SALES DORNELES DA SILVA: Perfeito. Bom, a primeira pergunta ali foi sobre as licenças das cooperativas, dessas reciclagens. Eu não sei se precisar o número agora, não vou ter ele na cabeça, mas a grande maioria já tem o processo de licenciamento ambiental iniciado. Poucos já estão finalizados, porque geralmente falta uma complementação, o pessoal precisa fazer uma planta, um responsável técnico, alguma coisa, e muitos alegam que não têm esse dinheiro, que não teve repasse, e aí não gera dinheiro, não gera aquela renda para que se contrate o serviço adequado para que se entreguem as complementações que a secretaria, eventualmente, pede. De novo, eu não tenho esses dados agora para fornecer, mas a grande maioria das empresas se encontram no processo de licenciamento, e os processos em comparecimento. Então se buscou fazer uma reunião com as cooperativas, com o pessoal, para entender o que eles precisavam, como é que a gente poderia acertar, juntar ali, fazer uma... Eu não gosto muito dessa palavra, mas fazer uma força-tarefa ali

para resolver esse problema. Então acredito que a maioria dos locais já buscaram o seu licenciamento, e a gente está no trâmite para que isso aconteça.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): E a gente tenha alguma previsão disso acontecer, porque, assim, eu estou há quatro anos na Câmara, são quatro anos que eu ouço falar em licenciamento ambiental, o que não acontece.

SR. LUIS FELIPE DE SALES DORNELES DA SILVA: Pois é, mas aí é que está, depende da situação e depende do comparecimento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUIS FELIPE DE SALES DORNELES DA SILVA: Isso, o comparecimento é o seguinte, me desculpa, claro, tu entras com uma lista de documentos ali e falta uma planta de localização da área; perfeito. Precisa encontrar um engenheiro para que meça, para que faça a planta, e que tu entregue, e isso, evidentemente, tem um custo que, muitas vezes...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Que a unidade não consegue bancar.

SR. LUIS FELIPE DE SALES DORNELES DA SILVA: Não consegue bancar; exatamente.

SR. LUCAS FONTES: Vereadora, se permite, foi iniciado agora, nesse segundo semestre, junto à escola de economia da UFRGS, mais especificamente da faculdade de ciências contábeis, com a professora Wendy Carraro, um programa de educação financeira nas unidades de triagem de Porto Alegre. Um dos objetivo desse programa é conseguir dar o suporte para que essas unidades se desenvolvam e se tornem mais maduras, permitindo que elas possam alcançar também o licenciamento ambiental e que se tornem organizações mais maduras, porque como elas estão em zonas vulneráveis, às vezes elas não têm nem

condições... estão pensando em como pagar a luz, como pagar os seus cooperados ou associados, e não estão preocupados com o básico ali, a burocracia para poder conseguir chegar no seu licenciamento. Então um dos objetivos desse programa, com a professora Wendy, é chegar em mais unidades de triagem licenciadas.

SR. LUIS FELIPE DE SALES DORNELES DA SILVA: Desculpa, é bem rapidinho. Aproveitando a fala. É bem essa realidade mesmo, o pessoal está preocupado ali com as contas, com as coisas, e essa parte de licenciamento ambiental acaba sendo secundário. Mas o que que a gente faz? A gente chama para uma reunião, a gente manda *e-mail*, a gente liga, a gente vai atrás...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): É justamente pelo o que eu falei, o repasse que eles recebem mal dá para manter a unidade aberta. Então, assim, se não tem um suporte extra, a gente nunca vai conseguir ter, e a gente não consegue evoluir.

SRA. PAULA MOLETTA: Se me permitem, está vindo uma força maior, federal, agora, que eu acompanho diretamente a luta do movimento nacional dos catadores, a nossa frente parlamentar aqui do Estado, que é a Frecata, lançada ali pelo Dep. Leonel Radde, e está tendo um movimento hoje, em nível nacional, pelo pagamento do serviço ambiental dos catadores, porque, hoje, uma cooperativa, não recebe pelo resíduo triado, ela recebe pelo resíduo que é vendido. Então se tu tens lá duas mil toneladas e tu vende dez, tu vais receber pelas dez. E o preço do resíduo está sofrendo uma poda gigantesca, visto que a gente está tendo permissões para trazer de fora resíduo de outros países. Então a gente vai muito mal, mas existem forças maiores federais como o pagamento de serviços ambientais dos catadores que está vindo como uma política pública para desenvolvimento dessa categoria. O próprio PLS aqui, que é uma política, um programa inovador da própria Prefeitura, que é o Programa de Logística

Sustentável, também está trazendo diversos encaminhamentos e direções aí para um futuro sustentável que a gente merece aqui em Porto Alegre, visto que...

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Com certeza, o trabalho do PLS é muito bom. Eu consegui, ela me apresentou lá, e realmente a coisa... se a gente conseguir cumprir parte disso, a gente já vai estar evoluindo bastante.

SRA. PAULA MOLETTA: Até por que o programa está se transformando em índices de indicadores de sustentabilidade e de inovação aqui em Porto Alegre, dentro da agenda 20/30. Então está sendo algo bem legal, mas a força que está vindo, federal, visto que o movimento, a partir deste ano, o movimento pró-catadores está bem forte, e o pagamento por serviços ambientais seria uma pauta, vereadora, daqui a pouco de a gente estar botando aqui nesta Casa para estar sendo divulgada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Somos parceiros para isso; tu sabes disso.

SRA. PAULA MOLETTA: Sensacional, o PSA, o futuro aí é o pagamento por serviços ambientais, não é só o poluidor pagador, o protetor também precisa receber.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Com certeza. Também a questão dos plantios, que a gente falou, não é Salinas, a gente fez ali na Marechal Hermes, e eu passei essa semana ali, e está tudo lindo; eles mudaram de lugar, eles saíram da esquina da Otto e foram para a quadra seguinte, mas na avenida que a gente vê, visualiza, a gente conseguiu manter, e eu acho que esse é o grande problema que a gente tem. A gente só troca o problema de lugar, enquanto a gente não tiver realmente uma educação ambiental que mude os pensamentos das pessoas, a cultura das pessoas, a gente só vai mudar de lugar. Ali na Santíssima Trindade é uma, lá no final da Santíssima vocês tiram dois, três

caminhões por dia, e eu canso de fazer ação ali e ver eles largando de carroça, largando de tudo, dá vontade de dar um “pau” né, porque, assim, é triste as pessoas não terem essa sensibilidade do que eles estão fazendo. Mas, enfim, não podemos desistir dos plantios, não podemos desistir das hortas, não podemos desistir das coisas básicas para que a gente possa chegar e evoluir para aonde a gente quer. A gente falou sobre os contêineres; eu acho que contêiner não é a solução. Eu acho que a gente tem que buscar outras alternativas. Para encerrar, eu não sei se mais alguém gostaria de falar alguma coisa? Eu queria deixar como encaminhamento, Luiz, que a gente fizesse um pedido de informações para a SMAMUS, com relação às licenças ambientais. Saber como está esse encaminhamento de cada unidade específica, em que ponto está, para que a gente possa ver de que forma a Comissão de Saúde pode colaborar, chamando as unidades, oportunizando, daqui a pouco, sei lá talvez até através de alguma emenda, de alguma coisa, mas que a gente possa ser colaborativo para que a gente possa chegar lá, no final da gestão em 2024, que, pelo menos, a metade das unidades de triagem possam ter a sua licença ambiental. porque aí a gente vai estar evoluindo.

SRA. MARIELA INÊS SECCHI: Posso fazer um convite vereadora?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Claro.

SRA. MARIELA INÊS SECCHI: Então, a Secretaria do Meio Ambiente, em parceria com o Parque Estadual de Itapuã, está fazendo, amanhã, um mutirão de voluntariado para retirar os resíduos das praias de Itapuã. As praias de Itapuã são um lugar lindo e que muitas pessoas aqui do Porto Alegre também usufruem na época de verão e também em outras épocas do ano em que estão abertas. Então, amanhã, a gente vai ter um ônibus que saindo aqui do CAFF, do Centro Administrativo Fernando Ferrari, e a gente vai fazer então esse mutirão de limpeza das praias. Porque boa parte dos resíduos que estão lá não são só deles, são inclusive nossos; veio muita coisa, com as últimas chuvas lá do Vale

do Taquari, da região do rio Jacuí também. Então as praias estão precisando de apoio e, como a gente utiliza principalmente nós que moramos aqui próximos, então fica aqui o nosso convite para participar desse momento lá. A previsão é de chegada em torno de 9h30min., 10h, até às 16h. A gente vai ter um lanche lá para os voluntários que que forem e fica o nosso contato da Sema, da Assessoria de Educação Ambiental, quem quiser entrar em contato conosco só me encontrar, e depois a gente conversa. Muito obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Excelente. Eu que agradeço.

SR. LUCAS FONTES: Um breve comentário, em função dos encaminhamentos também desta reunião da COSMAM, é que cabe salientar que todas as unidades de triagem estão em zonas vulneráveis, em zonas periféricas, mas que cada uma delas tem a sua história específica. Não tem como a gente comparar a história da Restinga com a história da Bom Jesus, porque elas têm diferentes características culturais e sociais e até mesmo a ocupação desses ambientes. Então esses aspectos também são importantes de serem considerados na hora de a gente dar o suporte para cada uma delas. Então é muito difícil a gente tentar comparar uma UT da Bom Jesus com a UT da Padre Cacique, porque a realidade delas são diferentes, embora todas necessitem desse apoio e suporte, não apenas do poder público, mas de toda sociedade porto-alegrense. Só um comentário para deixar registrado, em função dos encaminhamentos também.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Quando a gente fala de Restinga, a gente tem que falar de Coopertinga, que, no dia 07 de janeiro, pegou fogo. Nós tivemos várias reuniões de que participei junto com o Ministério Público, com a Defensoria, com a SMAP, com o DMLU para que a gente pudesse ajudar de alguma forma. A gente conseguiu os toldos para que eles pudessem trabalhar, senão, talvez, hoje não estivessem trabalhando. Então realmente é muito difícil a caminhada, quando a gente vê e diz: “Ah, o resíduo vai para as unidades, porque as famílias precisam”. As famílias estão trabalhando em toldos, porque ainda não está pronto. E sabe se lá quanto tempo vai levar para que a gente

possa levantar aquela estrutura, se a gente vai conseguir e licenciar. Então é bem difícil a situação. Eu queria, Salinas, só que tu falasses, para encerrar, com relação ao que tu faste do bota-fora, tem uma coleta também onerosa, não é? Como que faz, como que entra em contato? Porque tem, nos bairros a divulgação, pelo *site* do DMLU, do bota-fora, mas, para as pessoas que têm um pouco de condições, qual é o custo disso, como é que faz pra fazer o pedido? Porque tem a coleta onerosa também que pode ser feita a domicílio.

SR. MARCO SALINAS: Bem o projeto bota-fora surgiu e a sua perspectiva, até hoje, é de atender as áreas de vulnerabilidade social e de baixo IDH de Porto Alegre, retirando os volumosos para evitar que vão para aterros, para arroios ou beira de esquina, alguma coisa nesse sentido, como eu já bem disse, que não são recolhidos pela coleta domiciliar ou seletiva.

No DMLU existe um serviço de coleta onerosa para quem tem condições de chama-la. Ela tem, por metro cúbico, um valor ínfimo porque é o custo de manutenção. Não saberia precisar agora o valor, mas é um valor muito baixo, é por metro cúbico e pode ser agendado com o DMLU, ligando diretamente para o DMLU ou pode até ser solicitado via 156, deixando o seu telefone de em contato, que os nossos os técnicos, e os nossos operacionais lá entrarão em contato. E isso pode ser pago até no cartão; eles levam a maquininha do cartão, recolhem, avaliam, paga na hora, já retiram e dão uma correta destinação para isso.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Muito obrigada. Quero agradecer a todos e encerrar nossa reunião de hoje com a fala do nosso prefeito: “A gente vive, a gente cuida”. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h49min.)